



## **PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

### **Lei das Comunicações Eletrónicas**

**18-05-2021**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Demais membros do Governo

O Governo traz hoje a esta câmara a proposta de lei que transpõe o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas para o ordenamento jurídico nacional.

O Código Europeu das Comunicações Eletrónicas representa mais do que um exercício de harmonização das regras aplicáveis aos Estados-Membros e de aprofundamento do mercado interno.



Representa sobretudo a definição de um enquadramento que procura melhor proteger os consumidores, estimular o investimento e reforçar a concorrência - fazendo da conectividade a base da transformação digital da sociedade.

A opção do Governo para transpor esta diretiva foi não a de criar uma lei nova, mas a de verter o Código Europeu numa versão atualizada da já existente Lei das Comunicações Eletrónicas, que é desde 2004 a espinha dorsal da legislação deste setor.

A nova Lei das Comunicações Eletrónicas traz, face à atual, avanços importantes em várias áreas centrais. Sem ambicionar resumir todas as mudanças relevantes num diploma desta envergadura, sublinharia:

- em primeiro lugar, um conjunto de novas regras que reforçam os direitos dos utilizadores, com destaque para os requisitos de comparabilidade das ofertas e de informação contratual, bem como uma maior proteção no âmbito das “ofertas em pacote”.



- em segundo lugar, o serviço universal passa a contemplar um serviço de acesso à Internet de banda larga e a serviços de comunicações de voz a preços acessíveis;
- em terceiro lugar, na gestão do espetro, esta proposta reforça a coordenação à escala da União Europeia, privilegiando a implantação da tecnologia 5G;
- e, por fim, faz avanços importantes na promoção do investimento em redes de capacidade muito elevada.

Queria, nesta intervenção inicial, deixar uma palavra sobre as escolhas que orientaram o processo de transposição do Código Europeu. Foi intenção inicial do Governo transpor a diretiva através de um processo participado por todas as entidades relevantes do setor.

Para tal, solicitou ao Regulador a elaboração de um anteprojeto de transposição, que submeteu a um Grupo de Trabalho criado para o efeito, integrando representantes dos operadores, dos



consumidores, do próprio Regulador e do Governo, com o objetivo de obter uma proposta de diploma.

No entanto, com o advento da pandemia e o arrastar dos trabalhos ao longo do ano de 2020, e de modo a não atrasar mais o envio da proposta de lei para esta Assembleia, o Governo tomou a opção de integrar apenas os contributos apresentados pelos participantes que não se afastavam do Código Europeu.

Ou seja, decidiu avançar com uma transposição mais fiel ao que consta no Código, inscrevendo na proposta de lei apenas o que era obrigatório transpor.

Compreendemos que esta decisão possa ter gorado as expetativas das diferentes entidades que compuseram o Grupo de Trabalho por não terem visto mais contributos seus espelhados na proposta de lei.



No entanto, foi opção do Governo, aliás publicitada no final do ano passado, que o essencial desse trabalho feito pelo Regulador e pelos representantes dos operadores e dos consumidores pudesse ser agora apresentado e discutido - já não num grupo fechado, mas num debate público, em sede parlamentar.

Do trabalho detalhado e moroso realizado com estas entidades, resultante de uma Diretiva também ela muitíssimo complexa e longa, resultou que, em alguns dos seus temas mais relevantes, a Lei das Comunicações Eletrónicas poderá não reunir amplo consenso entre regulador, operadores e consumidores.

Não há, nesta falta de consenso, nenhuma perplexidade; o dissenso é o estado normal numa sociedade plural e democrática. Plural porque diferentes atores têm visões e interesses distintos; e democrática porque temos à nossa disposição os mecanismos que nos permitem transformar, através do debate, o dissenso num compromisso legítimo.



É esse compromisso que o Governo exorta os partidos desta Assembleia a encontrar ao longo dos trabalhos das próximas semanas, no seguimento de um amplo debate público com os participantes centrais do setor das comunicações eletrónicas.

Muito obrigado.